

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JOÃO VITOR ALVES DO NASCIMENTO

A ARTE DE NASCER ERRADO: a estilística da existência de dissidências sexuais e de gênero como respiro diante da Instituição Total Cisheteronormativa

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

JOÃO VITOR ALVES DO NASCIMENTO

A ARTE DE NASCER ERRADO: a estilística da existência de dissidências sexuais e de gênero como respiro diante da Instituição Total Cisheteronormativa

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Junior

JOÃO VITOR ALVES DO NASCIMENTO

A ARTE DE NASCER ERRADO: a estilística da existência de dissidências sexuais e de gênero como respiro diante da Instituição Total Cisheteronormativa

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 03/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR / UNILEÃO

Membro: Prof. Me. MARIA APARECIDA TRINDADE PEREIRA / UNILEÃO

Membro: Prof. Esp. FRANCISCA JANIELE FELIPE FEITOSA / UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

A ARTE DE NASCER ERRADO: a estilística da existência de dissidências sexuais e de gênero como respiro diante da Instituição Total Cisheteronormativa

João Vitor Alves do Nascimento¹
Francisco Francinete Leite Junior²

RESUMO

O ensaio em questão busca apresentar a noção de cisheteronormatividade a partir da concepção de Instituição Total de Erving Goffman e como esta opera sobre a vivência de pessoas dissidentes de sexo e gênero. Essas instituições disciplinares visam principalmente moldar a subjetividade dos indivíduos que delas fazem parte, estabelecendo uma comparação entre ações de violência — consideradas corretivas — contra pessoas dissidentes e os mecanismos de reforço e punição característicos das instituições totais, descritos por Goffman em *Manicômios, Prisões e Conventos* (1961). Conceitos como o binarismo de gênero, o patriarcado e a heteronormatividade presentes na sociedade produzem relações que marcam profundamente a vida dos sujeitos. Dessa forma pretendeu-se discorrer sobre essas marcas que contornam as vivências de pessoas dissidentes e mais ainda, construir uma estilística da existência a partir de uma concepção abjeta sobre a vida como forma de reposicioná-las no social e produzir uma reinvenção da subjetividade que denuncie certos códigos naturalizados para os corpos e afetos.

Palavras-chave: Cisheteronormatividade; Instituição total; Dissidências sexuais e de gênero; estilística da existência; Psicologia.

ABSTRACT

The essay aims to present the concept of cisheteronormativity through the lens of Erving Goffman's notion of the Total Institution and how it operates on the lived experiences of sex and gender dissidents. These disciplinary institutions primarily seek to shape the subjectivity of individuals within them, drawing a comparison between acts of violence — considered corrective — against dissident individuals and the mechanisms of reinforcement and punishment characteristic of total institutions, as described by Goffman in *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates* (1961). Concepts such as gender binarism, patriarchy, and heteronormativity, pervasive in society, produce relationships that profoundly impact individuals' lives. Thus, the essay aims to discuss these imprints on the lives of dissident individuals and, more importantly, to construct a stylistics of existence based on an abject conception of life. This approach seeks to reposition dissident individuals within the social fabric and foster a reinvention of subjectivity that challenges and exposes certain naturalized codes governing bodies and affections.

Keywords: Cisheteronormativity; Total Institution; Sexual and gender dissidence; Stylistics of existence; Psychology.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: vitoralvesjo@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A filósofa Judith Butler (2020) afirma que a vida é mais vivível quando os outros não estão confinados a categorias que não funcionam para eles. A experiência de existir, na contemporaneidade, precede a existência de inúmeros fatores sociais, discursos políticos e novos modos de subjetivação que contornam “a coragem de ser você mesmo”. Estudar as temáticas de gênero e sexualidade em um caráter de subversão ou de desconstrução de verdades absolutas é sempre um desafio e uma responsabilidade de pesquisadores/as de múltiplas áreas da ciência. O cenário social-político-econômico vigente tem mostrado profundas modificações nas relações e nas percepções de si, a partir de vivências e travessias que tem se constituído nas margens da sociedade revelando a capacidade do ser dissidente de continuar a imaginar, desejar e pensar possibilidades de escrever poesias na linha do tempo da vida.

É preciso percorrer a trajetória da construção de conceitos e observar, de maneira crítica, a sua assimilação pela cultura e pela sociedade em períodos específicos. Entender a realidade através de uma visão dicotômica é uma das premissas para a manutenção dos binarismos que cerceiam a constituição de singularidades. Conceitos como o binarismo de gênero, o patriarcado e a heteronormatividade presentes na sociedade produzem relações que marcam profundamente a vida dos sujeitos (Padilha; Palma, 2017). A partir do campo das identidades sexuais, de gênero e das diversidades por orientações sexuais, as dissidências surgiram como forte oposição à tendência a normatização dos corpos, saberes e existências que tem assolado a sociedade, como um respiro de vida em meio a cisheteronormatividade que subalterna, invalida e mata às diferenças.

Conforme Lapolli, Paranhos e Willerding (2022), normalizar está relacionado com tudo aquilo que estabelece ordens para normatizar, padronizar, ordenar. As pessoas possuem uma tendência – construída socialmente – à norma. Foucault (2021), em contrapartida, tem mostrado que há um lado perverso na norma, uma vez que, quando se coloca em questão o que é normal, padrão e a ordem vigente, constitui-se nas margens a anormalidade, a dissidência e a desordem, ou seja, tudo aquilo que é diverso, diferente e não corresponde aos padrões impostos pelo biopoder, onde no âmbito da sexualidade, será responsável pela disciplinarização dos corpos e pela regulação dos prazeres, de modo que todos se voltem para a heterossexualidade e correspondam aos padrões de gênero e de desejo socialmente determinados para seu sexo biológico (Peres; Toledo, 2011).

Com efeito, essa normatização, ou melhor, a cisheteronormatividade é percebida neste ensaio a partir da noção de instituição total, conceito caracterizado por Goffman (2013), na obra *Manicômios, prisões e conventos*, ou seja, instituições disciplinares que têm como principal objetivo a modelagem da subjetividade dos indivíduos que nela vivem, com reforços e punições bem delimitados na busca da reprodução de uma identidade única, fazendo com que, as dissidências sexuais e de gênero surjam como possibilidades de existências para além dessas prisões sociais, políticas e simbólicas.

Mormente, no contexto sociopolítico vigente, o direito a morte e o poder sobre a vida é um dos lemas que têm sido impostos sobre a vivência de pessoas dissidentes sexuais e de gênero, uma vez que, precisam cotidianamente buscar reconhecimento, direitos e liberdade de serem ou escolherem não serem aquilo que são ou não são. Essa árdua busca pelas possibilidades de experimentações de existência, autoridade pelo próprio corpo e formas plurais de vivenciar os afetos, têm demarcado um acentuado mal-estar na realidade desses sujeitos e tem cada vez mais chamado a atenção de se pensar formas de cuidados para a saúde mental dessas pessoas, uma vez que, no Brasil, dentre os grupos que se encontram mais vulneráveis à manifestação do comportamento suicida estão os dissidentes sexuais e de gênero (Baére, 2018; Botega, 2015).

Conforme assinala a psicanalista Maria Rita Kehl (2015), a depressão seria a expressão do mal-estar entre pessoas que se recusam a entrar na lógica cultural da velocidade, da euforia e do exibicionismo consumista. Dessa maneira, a contínua vivência de desadaptação ao 'cis-tema', evidencia um determinante social de saúde que escancara como uma parcela da sociedade não cria condições para a existência dessas pessoas e consequentemente, não se importam com a sua vida ou morte, o que é explicado por Achille Mbembe (2018), trata-se de uma espécie de necropolítica, na qual o extermínio de pessoas sexo-gênero-diversas é um empreendimento a serviço da manutenção da cisheteronormatividade.

Por conseguinte, este trabalho se justifica sob a necessidade de representar uma translação simbólica para o exílio do sistema binário e de gênero (*cis-tema*), um escrito *transgressivo* que defende e reconhece, antes de tudo, a liberdade dos corpos, dos afetos, das singularidades dos eu's, do respirar. Quando Preciado (2020) diz, não ser um homem ou uma mulher, não ser heterossexual ou homossexual e tampouco bissexual, mas sim um dissidente do sistema sexo-gênero, a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante dos outros, ele dá vazão a dimensão de ser que o autor deste trabalho constrói e ousa experienciar. Uma existência que ultrapassa a lógica-capital do

mundo e esse binarismo estrutural. Aqui, a dissidência veio antes do seu nome, de sua identificação com algo. Primeiro percebeu-se diferente, gigante, para além dos muros, depois vislumbrou-se voando, procurando espaço e tempo para se deleitar com a possibilidade de existir para além das margens, dos afetos previsíveis e das expectativas sobre a vida e os corpos.

Segundo Oliveira (2023), as instituições acadêmicas formadoras revelam-se falhas quando renunciam sua capacidade subversiva para defender veementemente fundamentos cristalizados da Psicologia. Dessa maneira, é de suma importância para a academia e mais precisamente para a Psicologia evidenciar a necessidade de uma atuação profissional que subverta e faça uma ruptura com o modelo hegemônico que faz a manutenção dessa normatividade e possibilita pensar os(as) dissidentes das normativas de gênero cisheterossexuais como pessoas que criam suas existências como um continuum exercício de liberdade, visto que a própria Política Nacional de Saúde Mental LGBT (2012) assinala a necessidade de cuidado com a saúde mental das dissidências sexuais e de gênero e faz menção ao suicídio como um problema de saúde presente nesta população. Além disso, possibilita provocar na sociedade, mais precisamente nas pessoas que se autorizam existir nas dissidências, a urgência de discutir sobre essas temáticas e de se perceberem como dignas de construir suas vidas para além das normas e amarras sociais, viáveis como seres humanos e com suas vidas consideradas verdadeiras.

Dessa maneira, o presente trabalho tem a ousadia de questionar e problematizar a força monstruosa de querer analisar ‘como a cisheteronormatividade, a partir de um discurso análogo ao funcionamento das instituições totais, se manifesta e influencia no cotidiano das pessoas dissidentes sexuais e de gênero?’. Para isso, tem-se como objetivo geral analisar a cisheteronormatividade, a partir de um discurso análogo ao funcionamento das instituições totais, se manifesta e influencia no cotidiano das pessoas dissidentes sexuais e de gênero. Especificamente, objetiva-se: discutir a perspectiva da cisheteronormatividade a partir da noção de Instituição Total, de Erving Goffman; Apresentar as dissidências sexuais e de gênero como possibilidade de existência desviante da norma e; Apresentar uma estilística da existência a partir de uma concepção abjeta sobre a vida.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Este estudo analisa como a cisheteronormatividade manifesta-se e influencia no cotidiano de pessoas dissidentes sexuais e de gênero. Apresenta delineamento qualitativo, de caráter descritivo e utiliza-se como método a revisão bibliográfica. A pesquisa qualitativa se caracteriza por possibilitar a investigação dos significados, motivos, crenças, aspirações, valores, atitudes e subjetividades (Minayo, 2009). O caráter descritivo da pesquisa, segundo Gil (2011), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. É por essência um modo de investigação mais aberto e flexível no que se refere à trajetória da pesquisa. A pesquisa bibliográfica consiste no exame da literatura científica para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado tema e envolve as atividades como de identificação, compilação, análise e interpretação (Marconi; Lakatos, 2001).

Dessa maneira, buscou-se dar contorno a problemática a partir da pesquisa e estudos de trabalhos que fomentam discussões dos descritores *cisheteronormatividade, instituição total, dissidências sexuais e de gênero, estilística da existência e Psicologia*, os quais tiveram como fonte de consulta às bases de dados Web of Science, PePSIC, Periódicos CAPES e Google Acadêmico, encontrando livros, capítulos de livros, teses, dissertações e artigos de periódicos indexados. A pesquisa aconteceu entre os meses de maio de 2024 e dezembro do mesmo ano, utilizando como critério de inclusão textos completos no idioma português e/ou traduzidos para o português priorizando dos últimos 10 anos e, também, autores clássicos que possuem relevância para o tema proposto. Os critérios de exclusão foram trabalhos que não conversavam com a temática, trabalhos repetidos e em outros idiomas que não o português.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 A Cisheteronormatividade como Instituição Total: não é um lugar, é um discurso

A violência não está apenas no comportamento. Ela está distribuída em nossa noção de tempo. Depende de como traduzimos a passagem dos anos. Quais corpos são criados para saúde e quais são criados para a doença. Do que são nutridas as experiências dissidentes? Qual contorno simbólico elas ganham na cultura? Escrevo sobre o que há de feio no humano na esperança de que isso me bagunce, me tire da rota da beleza religiosa, científica, política, cultural – minha vida existe, insiste, apesar dela (Favero, 2022, p. 140).

No livro *Diversidades: O BÊ-Á-BÁ para a compreensão das diferenças* de Lapolli, Paranhos e Willerding (2022), explica, desconstruindo a palavra, o significado de Cisheteronormatividade. Para os autores, o prefixo “cis” é proveniente do latim e significa “do lado de cá”, ou seja, do mesmo lado. Dessa forma, o termo “cisgênero” é utilizado para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento (“nascer” homem e identificar-se enquanto homem, o mesmo com mulheres). “Hétero” está relacionado a uma das formas de sexualidade – nesse caso, aquela que compreende as relações afetivas entre pessoas de gêneros opostos. Por fim, “normativo” designa o padrão, a normatização que existe por detrás deste conceito. “O padrão cisheteronormativo, então, regulamenta pessoas no entendimento de que o único tipo de relação aceitável e possível é aquele entre duas pessoas de gêneros opostos” (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022, p. 71).

Com base nas ideias de normatividade, heteronormatividade, cisgeneridade e todos os outros atributos que compõem o *cis*-tema³, é possível pensar na construção de uma sociedade de ideais e perspectivas binárias, onde ou é homem ou é mulher, para se constituir enquanto sujeito, enquanto identidade. Essa perspectiva permeia a sociedade através de um discurso que aniquila as diferenças e valoriza a conformação e normatização de corpos e ideias. Para Foucault (2014) a noção de discurso é empregada como um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo-espço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. No ocidente, o binarismo de gênero e a heterossexualidade são compreendidos como inteligíveis, e os corpos que destoam da matriz binária (macho/homem e fêmea/mulher) são excluídos e marginalizados por serem considerados ininteligíveis (Butler, 2020). Dessa maneira, essa estrutura está presente em atos performativos que definem desde quais roupas são para homens e quais são para mulheres, os tipos de cortes de cabelos, as atividades laborais, as brincadeiras para as crianças e muito mais.

Da afirmativa acima verifica-se que a naturalização não é uma lei antecipada que pode conformar as categorias de homem/mulher, mas sim, que a lei da naturalização requer um árduo trabalho de repetição e reprodução de manejo dos corpos e dos desejos. Desta interpretação é preciso indagar, portanto, o que é ato performativo. Em Butler (2020), a performatividade é um fazer marcado pela reiteração de uma norma ou conjunto de normas. De acordo com a autora, o gênero demonstra ser performativo — quer dizer, constituinte da

³ Utiliza-se aqui a expressão CISTema como uma corruptela de “sistema”, com a intenção de denunciar a existência das opressões às transgeneridades no sistema social e institucional dominante pela cisgeneridade, isto é, a identidade na qual as pessoas se reconhecem ao gênero atribuído compulsoriamente ao nascer (Suess, 2010).

identidade que pretende ser ou simula ser. Neste sentido, “o gênero é sempre um fazer embora não um fazer por um sujeito que se possa dizer que preexista ao feito” (Butler, 2020, p. 25). Porém, Butler não sugere, de forma alguma, que o sujeito seja livre para escolher o gênero, ao contrário, a escolha do gênero a ser performado já está dada no interior dessa estrutura normativa altamente rígida: pela introjeção inconsciente do discurso e dos passeios pela linguagem. Para ela, o ato performativo é uma prática discursiva, no sentido que se trata de um ato linguístico, neste sentido sujeito à interpretação. Com efeito, o ato performativo deve ser executado como uma obra de teatro apresentado a um público, ou seja, na interação com outros, segundo normas pré-estabelecidas (Messeder, 2011).

Mormente, como parte do binarismo de gênero, a heterossexualidade é compreendida como norma, homens devem relacionar-se emocionalmente e sexualmente somente com mulheres e reciprocamente (Costa; Loro, 2023). Essa concepção de pensar as dinâmicas relacionais, sociais e políticas da sociedade a partir da norma, ordem e padronização de corpos, afetos, identidades e criação de arranjos afetivos/sexuais, assemelha-se ao que Goffman (2013) vai escrever em seu livro *Manicômios, prisões e conventos*, onde explica a noção de Instituição Total, como instituições disciplinares que visam a modelagem da subjetividade dos indivíduos que nela vivem. Família, escola, hospital e prisão são aparelhos de opressão, são o exoesqueleto que constrói a nossa anatomia política com base na biologia.

O ingresso na instituição total implica mudanças radicais e o início de uma “carreira moral” para o internado. “O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico”, afirma Goffman (2013, p. 24). Já no seu ingresso, começa a ser despido desses referenciais identificatórios e a passar por uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do conceito que tinha de si mesmo (Benelli, 2014). Análogo a isso, vários estudos antropológicos têm explicado o sistema brasileiro de gênero e como este se constituiu, as pessoas da comunidade, de diferentes gerações fazem constantes intervenções sobre o comportamento sexual infantil e essas maneiras de agir são reproduzidas entre as próprias crianças, revelando práticas sociais na construção simbólica e cultural dos sujeitos e de seus corpos (Ribeiro, 2006).

Não é preciso muitas elucubrações para perceber que, como construção social⁴, as dinâmicas relacionais e o modo com o que a sociedade se construiu, a partir de um sistema

⁴ Todos os aspectos que são criados pelas pessoas, que vão se somando e se acumulando com o passar dos anos e que são difundidos entre os relacionamentos, fato que podemos ilustrar pela conhecida expressão “passado de geração em geração” (Lapoli; Paranhos; Willerding, 2022, p. 16).

binário de sexo e gênero, heteronormativo, explicitam como as concepções de si e do outro são rotuladas e exercem um des-serviço de subalternização para adequar-se a uma norma vigente, as relações ainda empurram muitas mulheres para o universo exclusivo da casa e da reprodução e os homens, “os pais de família”, para os trabalhos externos, com remuneração, alto grau de reconhecimento e oportunidades avantajadas de mobilidade social e mudança de vida. Muitas dessas práticas e construções sociais cisheteronormativas pertencem ao não-dito, porque pertencem a uma lógica-capital que é introjetada pelas pessoas inconscientemente. “Elas são, com o passar do tempo e com o ato de reforçar tal construção, cristalizada em nosso inconsciente, ou seja, torna-se algo fixo, estático, imóvel” (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022, p. 18)

Finco (2010) explica como essas normativas se apropriam nos sujeitos logo na infância:

Homens e mulheres adultos educam crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados, às vezes inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia a dia na Educação Infantil. O que é valorizado para a menina não é, muitas vezes, apreciado para o menino, e vice-versa (p. 122).

Destarte, análogo a esse fenômeno social, seguindo na concepção de Goffman (2013), nas instituições totais os sujeitos neles inseridos passam por uma espécie de mortificação do “eu”, definidos pelo autor como os processos pelos quais o ‘eu’ da pessoa é mortificado, relativamente padronizados nas instituições disciplinares. Nesse aspecto, o indivíduo precisa se desapropriar de si para seguir a lógica do lugar em que foi colocado, na modelagem de corpos e subjetividades, para que haja manutenção do poder e não encontre brechas para questionamentos ou subversões, uma vez que, os indivíduos são penalizados por isso.

Nessa perspectiva, o reflexo dessas práticas foi bem enunciado por Preciado (2011), para quem a heterossexualidade deve ser compreendida não como uma prática sexual, mas como um regime político, que participa da administração dos corpos e da gestão calculada da vida, ou seja, como parte da biopolítica. Na sociedade, segundo Rosa (2020), o movimento de conformação de indivíduos/corpos dentro de um binarismo de gênero, ao cercear o acesso a objetos, brinquedos, roupas ou trejeitos considerados inadequados, proporciona essa conformação do Eu dentro de normas rígidas de conduta, Junqueira (2013) conta que:

[...] ao percorrer as escolas, notamos facilmente a intensa generificação dos seus espaços e de suas práticas, e o quanto as fronteiras de gênero são obsessiva e binariamente demarcadas. Atividades, objetos, saberes, atitudes, espaços, jogos, cores, que poderiam ser indistintamente atribuídos a meninos e a meninas, tornam-se arbitrarias e binariamente, masculinos ou femininos. São generificados e

transformados em elementos de distinção, classificação e hierarquização. A distribuição tende a ser binária e binívoca, e os critérios podem ser improvisados e imediatamente assumidos como naturais (p. 488).

Dessa maneira, é mais do que possível, é urgente reconhecer a cisheteronormatividade como uma instituição total, sem muros físicos, mas que arbitrariamente aprisiona, mortifica e padroniza as pessoas da sociedade, bem como utiliza de atos corretivos - como nas instituições explicadas por Goffman (2013) - e oprimem os sujeitos que buscam viver e desenvolverem-se para além desse *cis*-tema corpo-gênero heteronormativo de aprisionamento de subjetividades. A cisheteronorma é naturalizada de tal modo que suas regras se tornam culturalmente impostas visando produzir, desde a infância, corpos e subjetividades para que estes sejam cisgêneros e heterossexuais (Rosa, 2020).

Com o passar do tempo, muda-se o nome, mudam-se os mecanismos de controle, porém não mudam os objetivos de dominar o sujeito, de torná-lo escravo de um sistema que o corrompe (Bonin; Panatta; Abelo, 2016). Para Foucault (2021), uma “anatomia política” que é também igualmente uma “mecânica do poder”, define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. “A disciplina aumenta as forças do corpo, em termos econômicos de utilidade, e diminui essas mesmas forças em termos políticos de obediência” (Foucault, 2021, p. 119).

Á vista disso, o controle sobre os corpos que antes se evidenciava muito fortemente nas instituições totais, passou a existir através de *dispositivos basilares*, que segundo Foucault (2014) em *Microfísica do Poder*, se refere a vários mecanismos institucionais, administráveis, que operem por meio do conhecimento, do consciente e do inconsciente, palpáveis ou subjetivos, e que possibilitem a potencialização e a manutenção do exercício de poder dentro do contexto social, sem a necessidade de grades, grupos dirigentes, vigias ou armamentos, mas operando pelo dito e o não-dito.

Ser transgressor, dissidente de sexo e gênero, nesse contexto, estaria implicado, na potência de tais reflexões, a encontrar possibilidade de existência na crítica à heterossexualidade como norma e como regime político, que produz compulsoriamente homens e mulheres definidos a partir dos seus sexos biológicos.

2.2.2 “Só quero viver na sombra, depois de tomar sol no peito”: a possibilidade de existência dissidente de sexo e gênero

Eles querendo consumir meu corpo enquanto eu, só quero mudar de nome, só quero paz e respeito, só quero viver na sombra depois de tomar sol no peito, que minha mãe não me ligue, preocupada com a minha vida “Oi filho, você tá vivo? Me conta como foi seu dia” (Cruz, 2021)

Qual seria a sensação de descanso? Como seria não estar sendo pressionado, vigiado? Alucinação, delírio ou a realidade de corpos dissidentes? É possível respirar nesse não-lugar? É possível existir? Quando o autor deste ensaio traz a concepção de que a Instituição Total, formulada por Goffman (2021) e, mais precisamente a cisheteronormatividade, não é um lugar, mas sim um discurso que se materializa nos corpos, evidencia como a expectativa da heterossexualidade e da normatividade de sexo e gênero se mostra como uma coersão que conduz o sujeito, forçosamente, a performances que sejam menos hostis à esse sistema. Butler vai afirmar: “talvez o sexo tenha sempre sido o gênero” (Butler, 2020, p.27), sendo eles controlados pelas práticas reguladoras, gerados para supor a coerência e a continuidade das pessoas, ou mortificá-las, como afirma Goffman (2021).

Por conseguinte, é justamente nessa relação de imperar uma existência mais vivível que outras, que corpos dissidentes de sexo e gênero surgem, como um sintoma do mal-estar contemporâneo de produzir iguais, violências e padrões inalcançáveis de existências. O corpo dissidente surge como um corpo abjeto. De um corpo despotencializado e fraco, surge um corpo empoderado, forte, guerreiro e reivindicador de direitos, que participa das esferas de poder e descobre nas ações do coletivo a possibilidade de um tratamento de respeito e cidadania (Butler, 2020), nesse sentido, considera-se que a:

sua própria existência é um enfrentamento à heteronormatividade, que desestabiliza e coloca em questão a ordem normativa e disciplinar que é imposta pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, pois questiona as normas hegemônicas de práticas sexuais, de desejos, de gênero e de sexo, impostas pelo próprio bio-poder por meio de suas biopolíticas regulatórias (Peres e Toledo, 2011, p. 271).

No texto *Os poderes da perversão*, Julia Kristeva (2022) conta que o ab-jeto seria como um lugar, uma relação de interdito que sob hipótese alguma pode ser acionada como possibilidade, pois sua não existência é justamente o que regra as fronteiras da humanidade. Contudo, é um lugar que apesar de impossível desde sempre, precisa existir em um estranho paradoxo no qual o desejo (o sujeito, o humano) se vê marcado por uma ambivalência de interesse e repulsa, ao mesmo tempo. Tal fato denota como é comum encontrar, primordialmente em sites de notícias, matérias que abordam as violências contra corpos dissidentes sexuais e de gênero, os elevados índices de assassinatos e violência no Brasil - com base nas informações levantadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação

(2022). O estudo indica que, em 2022, 8.028 pessoas dissidentes sexuais e de gênero foram vítimas de violência no Brasil. O número equivale, em média, a 22 casos por dia, ou quase uma ocorrência por hora – não obstante, traz também referências sobre o nosso país como o que mais consome pornografia protagonizada por elas. Dessa forma, o conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que denuncia a forma pela qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos (Nascimento, 2021), sejam para violentar, matar e abusar ou para satisfazer seus próprios prazeres de gozar da carne mais barata do mercado.

Guacira Lopes (2018) em seu livro *Um corpo estranho: ensaio sobre a sexualidade e teoria queer* diz que os próprios sujeitos estão empenhados na produção do gênero e da sexualidade em seus corpos. O processo, contudo, não é feito ao acaso ou ao sabor de sua vontade. Embora participantes ativos dessa construção, os sujeitos não a exercitam livres de constrangimentos. Para a autora, uma matriz heterossexual delimita padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem.

Em seguimento, por outro lado, para se qualificar como um sujeito legítimo, que goza de sua existência, como um "corpo que importa", no dizer de Butler, o sujeito se verá obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura (Butler, 2022). É exatamente nessa relação de não-ser e não-ter o gozo de sua própria vida, seu próprio corpo, que a cisheteronormatividade como instituição total opera na manifestação do mal-estar em corpos dissidentes, adoecendo-os, uma vez que para Baére (2019), a contínua vivência de desadaptação e a impossibilidade de atribuição de sentido à própria existência podem levar os sujeitos em estados depressivos a caminhos funestos, sobretudo através do comportamento suicida. No Brasil, dentre os grupos que se encontram mais vulneráveis à manifestação do comportamento suicida estão as dissidências sexuais e de gênero (Baére, 2018; Botega, 2015).

A banalização do sofrimento psíquico e ético-político de corpos dissidentes de sexo e gênero faz com que gere um silenciamento e mais ainda, que as Políticas Públicas não reconheçam essas realidades com urgência, reforçando o estigma da patologização. O sofrimento não é homogêneo dada a materialidade desigual dos corpos, as pessoas se distinguem em raça, orientação sexual, classe social e mais. Logo, sofrer é histórico, é cultural, é um ato político. A ação de patologizar esses corpos consistem em desprezar esses elementos sociais, é uma recusa a perceber a realidade e como ela afeta as vivências de pessoas dissidentes. De acordo com Butler (2015) em *Quadros de guerra: quando a vida é*

passível de luto, uma das formas de reconhecer esse estatuto é através do luto, pois uma vida apenas pode ser reconhecida se ela for lamentada quando perdida. Por isso, enquanto muitas mortes causam impactos emocionais, outras passam despercebidas, ou não suscitam nenhum pesar, porque são, em primazia, suicidadas no social pelo outro.

O fato de o Brasil seguir sendo líder no ranking de assassinatos brutais de pessoas dissidentes, transsexuais e travestis, convocam-se a pensar sobre como o fascismo enquanto impossibilidade de co-pertencimento (Mbembe, 2014) opera no ódio cotidiano a diferença. Arendt (1963 [2019]) possibilita pensar a sutileza dos processos de banalização da violência e do extermínio. Seguindo sua linha de pensamento, é ineficaz responsabilizar pessoas ou grupos específicos pelos altos índices de assassinatos enquanto não assumir, a sociedade em questão, que há como base todo um sistema de permissividades que opera de modo a desumanizar e marginalizar as pessoas dissidentes e como consequência tornar banais as violências cometidas contra este segmento. O Estado pode desocultar e legitimar como “sexualidades saudáveis” e identidades correlatas somente aquelas representativas do mundo moderno ocidental, geralmente modeladas pela urbanidade, a branquidade e a heteronormatividade, e por conseguinte, manter na invisibilidade todas as outras formas alternativas (Gontijo, 2021).

Estaria aqui, neste ensaio, explícito a necessidade de pensar a emancipação psicossocial dos corpos dissidentes de sexo e gênero, reconhecendo que, como construída, a sociedade, o mundo e o discurso podem ser passíveis também de desconstruções. A possibilidade de existência na margem vem de um lugar de apropriar-se das sobras que foram deixadas e transformá-las em armas de guerra de esperança, fortalecendo-se na monstruosidade de serem corpos estranhos, não desejados. Descobrir que há outras formas de existir que não as desenhadas pela moral. Há outras maneiras de ser que não aquelas presas à dor da submissão e do não-encaixamento. A cisheteronormatividade precisa da dissidência para pensar a si mesma.

Nessa construção de ideias, Sofia Favero (2022) fala que Butler transforma a pergunta “quem eu poderia ser para mim mesma?” para “que lugar existe para um ‘eu’ no regime discursivo em que vivo?”. Completa que, esse regime discursivo, atravessado por linguagens afetos e representações é uma forma de organizar e comunicar que aciona noções como vergonha, constrangimento e violência para lugarizar as pessoas, é nesse sentido que a autora passa a situar a humilhação como uma configuração que assimila o humano, pois permite que sejam escancaradas as hierarquias. Pois, conforme Díaz-Benítez (2019) a apreensão das hierarquias pode nos levar a desejar a aniquilação do outro em sua versão mais funesta, ou

pode nos levar a desejar a permanência desse outro sempre e quando se mantenha em seu lugar. Dessa maneira, esse não-lugar designado aos corpos dissidentes, seria um aparato de organização social e política de si mesmas, emancipando-as.

Daf, de certo modo, é que Gayle Rubin (2017, p. 83), convida a transitar por entre os corpos que descem, sem limite, nas hierarquias sociosexuais, afinal, ali, onde os “indivíduos que os praticam se veem sujeitos à presunção de doença mental, de falta de idoneidade, tendência a criminalidade” é que, efetivamente, encontra-se a vida onde ela pulsa sempre como novidade, sempre por imagens diferentes. Desejam fazer de todo e qualquer corpo dissidente o mais desacreditado possível. Há cerca de dois séculos vive-se um processo de contínuo disciplinamento e normalização dos corpos. Nas palavras de Ortega (2002, p. 155), “trata-se da formação de um sujeito que se autocontrola, autovigia e autogoverna. Uma característica fundamental dessa atividade é a autoperitagem. O eu que se pericia tem no corpo e no ato de se periciar a fonte básica de sua identidade”.

É nesse sentido e contrário a isso que Jota Mombaça (2021), negra e travesti, escreve sobre se apropriar do lugar de monstruosidade que é colocado sobre corpos dissidentes e se espalharem como “peste”, construindo sua própria existência e tomando as rédeas do gozar da vida. É o consenso bem expresso por Ortega (2002, p. 170) de que “ou somos idênticos, ou nos denunciemos”. E se denunciemos-se como diferentes, nesse mundo de padrões tão rígidos, são expostos a um preconceito crescente. Não obstante, a estilística da existência busca modificar as relações ancoradas na tradição e na norma e não por acaso emergiu das sombras em que antes viviam aqueles cujo preconceito social os inferiorizava ou os invisibilizava (Miskolci, 2006). Dessa maneira, marca a possibilidade de construir um novo estilo de vida que rompe com os padrões normativos e mais que isso, que não precise de autorização para ser e existir, mas que seja, esteja e exista.

2.2.3 Por uma Estilística da Existência: subversão e concepção abjeta sobre a produção de vida

À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível. Aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levados a conhecer o mapa das brechas. Aqui, onde a noite infinita já não nos assusta, porque nossos olhares comungam com o escuro e com a indefinição das formas. Aqui, onde apenas morremos quando precisamos recriar nossos corpos e vidas. Aqui, onde os cálculos da política falham em atualizar suas totalizações. Aqui, onde não somos a promessa, mas o milagre. Aqui, onde não nos cabe salvar o mundo, o Brasil ou o que quer que seja. Onde nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras e manifestam, com sua dissonância, dimensões e

modalidades de mundo que nos recusamos a entregar ao poder. Aqui. Aqui ainda (Mombaça, 2021, p. 04).

“Vocês me dão agora o privilégio de falar da coragem de ser eu mesmo depois de me terem feito carregar o peso da exclusão e da vergonha por toda a minha infância” (Preciado, p. 139, 2020). Caçam, aprisionam e matam, como se fosse a era da inquisição e a caça às bruxas. Xingam, rotulam e suicidam, como se a quinta série fosse hoje os moldes da sociedade. Depois de tanto ódio, poder sobre os corpos e patologizações, é isso que sobra, que resta, que fica às minguas: a coragem de ser você mesmo!

A vida boa teria que ser vivida a partir da desidentificação de si para se reconstruir uma subjetividade ferida pelo performativo dominante? Sair de si para entrar na carne do outro? - “A vida boa não é uma vida cisgênera”, diz Favero (2022, p. 8). As discussões sobre ser e existir no mundo ultrapassam adjetivos como coragem, autenticidade, alegria ou potência. Pensar na possibilidade de produzir vidas dissidentes é pensar na apropriação de afetos e sentimentos ditos impotentes, é o uso do medo, da culpa, tristeza, vergonha e da raiva como estruturantes e mais ainda, como meios de ligar uns aos outros pelo nefasto ódio a norma.

Para Peres (2012) na perspectiva do indivíduo metafísico contemporâneo, os modos de subjetivação se apoiam em regras normativas que determinam identidades fixas, rígidas e cristalizadas que apresentam as pessoas como viciados em normas, dependentes de padrões hierarquizados e defensores da lei, dos contratos e das instituições regulatórias e disciplinares. Essa dimensão é escravizada pelos imperativos da heteronormatividade, que impõem a heterossexualidade de modo compulsório e se apoiam em um sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais em que um indivíduo, “ao nascer macho, seu gênero será masculino, seu desejo heterossexual e sua prática sexual ativa, enquanto, caso nasça fêmea, seu gênero será feminino, seu desejo heterossexual e sua prática sexual passiva” (Peres, 2012, p. 541).

O que se percebe no limiar dos dias é que há pouco espaço, no mundo simbólico da humanidade, para a criatividade, abertura e contradição. Constrói suas identidades e se veem terminadas no mundo, feitas e muitas vezes a serviço de outrem. Mas de quem? vivem para quem? Se não está no gene o ser, a natureza de ser homem, mulher, dissidentes, qual veículo utilizam para acessar uns aos outros? O que teóricos pós-estruturalistas irão dizer é que a linguagem, o discurso, a palavra, o texto, junto como tudo aquilo que envolve a transmissão da cultura, não são somente um código, mas um modo de existir (Favero, 2022), modo esse que pode sim ser reposicionado, minguaado, desaplaudido.

É exatamente nesse cenário que corpos dissidentes sexuais e de gênero surgem. Passam a ter uma conotação transgressora de diferenças que não pretendem ser meramente assimiladas ou toleradas. Não buscam simplesmente a afirmação de uma identidade numa oposição binária tal como existente nos termos hétero-homossexualidade, mas denotam como é possível pensar em uma sexualidade dentro de uma variedade de identidades possíveis, desnaturalizadas e que fissuram os gêneros heteronormativos. Essa perspectiva nos dá a ideia de sujeitos como processo, como subjetividades em construção permanente marcadas por situações concretas, situadas e regidas por políticas de localização que não se fixam e nem se cristalizam em identidades acabadas e definitivas; trata-se de sujeitos em trânsitos, em fluxo, logo sujeitos *queer* (Peres, 2012). Porque há um desejo de construir outros mundos, outras possibilidades existenciais – para si e para o(s) Outro(s).

A investigação sociológica e antropológica de Weeks, Heaphy e Donovan (2001) demonstra amplamente que a amizade é especialmente importante para as pessoas dissidentes. O contexto em que umas e outros vivem as respectivas vidas pessoais é formado por redes de amigos, que desse modo lhes oferecem estabilidade emocional, companhia, prazer, e ajuda no plano prático. Por vezes alvo de rejeição, de objeção e de exclusão pelas respectivas famílias de origem, lésbicas e gays constroem e mantêm vidas que correm o seu curso fora do quadro da família nuclear heterossexual, estribando a sua segurança emocional e o seu quotidiano nos respectivos grupos de amigos.

Por conseguinte, pensar nessas possibilidades múltiplas e infinitas de vida é ir de encontro ao que Foucault vai chamar de “uma estilística da existência”, ou seja, de precarizar a cisheteronormatividade e usar a abjeção como norma, o desvio como respiro, não para aniquilar as pessoas cisgêneras e heterossexuais mas para possibilitar, inclusive a elas, um viver distante dos apagamentos, da mortificação do desejo e do controle sobre os corpos, “reconhecendo que: todos possuem gênero, raça, lugar social, classe, sexualidade, mobilidade, dentre outros, o que assume é que a cisgeneridade nunca está sozinha” (Favero, 2019, p. 186).

A estilística da existência subversiva seria uma forma lúcida de humanizar as pessoas, de reconhecer as ambivalências, de construir uma concepção abjeta sobre a vida. Para Butler, abjeto diz respeito àquilo que não queremos ver em nós mesmos, então perceber, acolher as próprias diferenças, as impotências, a estranha contradição de ver sempre morte e ainda assim querer produzir vida, novas subjetividades. Dessa maneira, conforme pensa Peres (2012), o processo de constituição das subjetividades demanda registros de complexidades tanto em termos sociais, sexuais, como de gêneros, de classe, de raça, de estéticas, evidenciando que as referências que as estigmatizam, discriminam, violentam e excluem não fazem mais sentido

como categorias de análises; “torna-se necessário que a questão da diferença entre as diferenças seja tomada como afirmativa, ativa, transitória e potente, como figurações nômades que participam da construção do sujeito coletivo e emancipado” (Peres, 2012, p. 543).

Essa concepção abjeta sobre a vida não é apenas e então somente sobre a liberdade de existir de transitar por entre a linguagem. Existe liberdade? - mas elucida como é preciso que se pense em produção de cuidados para a manutenção de uma vida plena, de direitos, com acesso a saúde e a dignidade de poder escolher. Embora inexistam instrumentos públicos voltados para avaliação da saúde mental da população sexo-gênero diversa, incluindo os levantamentos de óbitos por suicídio (Baére, 2019), existe o entendimento de que a violência social e todas as mazelas enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ são agravantes para o sofrimento psíquico dessa população (Carvalho; Menezes, 2021). A própria Política Nacional de Saúde Mental LGBT (2012) assinala a necessidade de cuidado com a saúde mental das dissidências sexuais e de gênero e faz menção ao suicídio como um problema de saúde presente nesta população.

No entanto, o que se percebe é que conforme os casos aumentam, os estudos evoluem e os movimentos sociais fervem, em contrapartida, os grupos de ódio aumentam, mais políticos expressamente LGBTQIAPN+fóbicos chegam ao poder e mais a sociedade se polariza. Mbembe (2016) avança a discussão biopolítica ao pensar as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte ao propor os conceitos de necropoder e necropolítica, isto é, a “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é o ‘descartável’ e quem não é” (p. 135). No mesmo caminho, pode-se tomar o que Butler (2019) define por “precarização”: a situação politicamente induzida a qual determinadas populações sofrem consequências do desmonte de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras e, assim, ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte.

Compreende-se que existe uma biopolítica expressa em uma necropolítica que rege o funcionamento da sociedade que expõem grupos minorizados a mira da morte e existem, ainda que tímidas, políticas de saúde e segurança que resguardam essas populações, por que as mortes seguem acontecendo? por que o sofrimento psíquico, o estresse de minoria e os casos de suicídio seguem aumentando? o que não é feito da maneira correta ou o que não é feito de maneira nenhuma? - talvez sejam essas as questões que irão perpetuar por muito mais tempo como uma ferida aberta no mundo, ardendo. Mas teoriza-se. Talvez a questão não seja aprender, mas sim desaprender para aprender de uma outra forma, de um outro jeito, com novas figuras como detentoras de saber.

Destaca-se a obra *Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação*, da pedagoga, ialorixá e ativista Thiffany Odara (2020) como um desses meios de se pensar o avesso do mundo, é nesse lugar que se situa sua escrita - já como uma “prática desobediente” - com potencial para promover uma ruptura “com as diversas opressões que acarretam a vida da população de travestis e transexuais” (Odara, 2020), uma vez que se trata de uma prática que subverte a lógica do silêncio imposta a essa população mas não apenas dela, mas de todos os corpos dissidentes de sexo e gênero.

É nesse ponto que se pensa sobre uma estilística da existência abjeta, em um estilo de vida que se possa viver, produzir vida e que possa haver co-responsabilização e gestão do cuidado de si e dos outros, afastando-se das amarras e dos padrões sufocantes da sociedade. É sempre na busca, in-cansável, de continuar a viver apesar de. Conforme pensa Silva e Henning (2023) a estilística da existência esta intrinsecamente relacionada com o que Foucault chamou de práticas de subjetivação. Logo, uma ontologia do presente foucaultiana nos motiva a pensar acerca da experiência de si. Ou seja, como reverberação constitutiva, ao almejar tecer a vida como uma obra de arte, ao mesmo tempo em que fomenta uma capacidade de transformação das formas de habitar o presente, o sujeito aglutina em torno de si mesmo uma outra viabilidade estética possível de seu habitar o presente. Pondera Foucault,

As “artes da existência” devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo (Foucault, 2004b, p. 199).

É tecer a vida e novos modos de viver, sozinhos ou com a ajuda dos outros, operando sobre seus próprios corpos, pensamentos e condutas, tomando, de certa forma, as rédeas de sua subjetividade. Gilles Deleuze pondera que “a arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha” (1992, p. 215). Tecer uma estilística da existência, neste sentido, é a produção de uma reinvenção da subjetividade, que em sua provisoriamente constante, fustiga certos códigos naturalizados para os corpos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aprofundou-se na explicitação das características de instituições totais e a transposição da teoria de Goffman para a sociedade num todo compreendida como instituição total e como esta assemelha-se a generificação dos corpos e aprisionamento de

subjetividades que a cisheteronormatividade, a partir do discurso, opera na sociedade, mais precisamente na vida de pessoas dissidentes. Por meio da contribuição dessas produções teóricas, construímos uma reflexão sobre o cenário contemporâneo e como os corpos que se sobressaem a esse *cistema* constroem as suas vidas legítimas e buscam a sua autenticidade em um continuum exercício de liberdade.

Dessa forma, conclui-se que a cisheteronorma é naturalizada de tal modo que suas regras se tornam culturalmente impostas visando produzir, desde a infância, corpos e subjetividades para que estes sejam cisgêneros e heterossexuais, infringindo punições contra aqueles/as que a subvertem e reforçando comportamentos daqueles/as que se adequam para que (re)produzam outros corpos e subjetividades que se adequem à cisheteronorma.

Este trabalho não busca responder indagações, mas sim construir mais perguntas e mobilizar os pensamentos limitantes de uma sociedade conservadora. É um convite, um manifesto, para que pessoas cisgêneros possam se perceber não como privilegiadas, mas com seus direitos resguardados por um Estado, enquanto pessoas dissidentes, precisam travar brigas cotidianas para serem quem são. Talvez emergja daí possibilidades educativas que reivindicuem outros modos de vidas, proliferando uma estética possível a existência abjeta no presente.

Existem marcas que ficam no corpo pela agressão, maldição e ódio do outro. Existem marcas que ficam na existência, no que não se vê, não se diz, mas se sente e se transcorre em cada poro do corpo. Corpos abjetos, marginalizados, dissidentes e uma infinidade de muitas outras nomenclaturas para falar sobre a mesma coisa: gente. Gente, vista como “outros” na sociedade resistem às normativas estabelecidas, a negação do ser e a impossibilidade de existir. Essa resistência é um saber que desafia as estruturas de poder, desafia a lógica-capital do mundo que padroniza, enclausura afetos e controla corpos, desejos e imaginações de novos mundos. Através de suas histórias e expressões culturais, esses corpos abordam o trauma, a dor, a resistência a partir da materialidade da vida, elementos essenciais para entender a formação de sujeitos e a produção de vida.

Quando se pensa na luta de pessoas dissidentes, muitas vezes as pessoas leem isso como uma luta para amar todas as pessoas as pessoas fogem às normativas. Mas não é, sobretudo, acerca do amor. É sobre o mundo que querem habitar, sobre a convivência, em coletivos. É super compreensível que não gostem de pessoas X ou Y, no convívio social, por motivos sabidos e até não sabidos. Contudo, é preciso que haja uma ética do não gostar. Não agir contra aquela vida e contra a produção dela. Não ser violento, ignorante e opressor contra

vidas que apenas existem. A questão que fica é: como vocês tem falado sobre aqueles corpos que vocês não simpatizam?

Este ensaio lança a ideia de que se assiste hoje em dia a uma significativa desestabilização do binário homem/mulher, tão característico da ordem sexual moderna. Estão a ser sujeitas a um questionamento intenso. Há no mundo contemporâneo um conjunto de tendências a vidas abjetas, dissidentes, que fogem a norma, que estão a contribuir para a quebra desse binário. Apesar de ser ainda demasiado cedo para declarar o fim desse sistema heterossexual, tal binário está a ficar cada vez mais instável, pois a vida escapa a qualquer normativa e opressão. Porque não é possível, para todo um sempre, existir sobrevivendo. Encerra-se aqui com esperanças de que os(as) próximos(as) pesquisadores(as) e os corpos dissidentes que ocupam algum lugar no mundo possam enxergar a si mesmos e pertencerem a algo maior, a mediocridade de uma vida digna de ser vivida.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. 12. ed. Tradução de J. A. M. de Almeida. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. Publicado originalmente em 1963.
- BAÉRE, F. de. **O gênero no comportamento suicida: o sofrimento psíquico em dissidências sexuais**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia. Brasília, Distrito Federal, 2018.
- _____, F. A mortífera normatividade: o silenciamento das dissidências sexuais e de gênero suicidadas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 5, 2019.
- BENELLI, S. J. Goffman e as instituições totais em análise. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des) educativas**. São Paulo: Editora UNESP, p. 23-6, 2014.
- BONIN, J. C.; PANATTA, D. J.; ABELO, Q. C. O CONTROLE SOBRE O CORPO SEGUNDO VIGIAR E PUNIR E MICROFÍSICA DO PODER, DE MICHEL FOUCAULT. **Ponto de Vista Jurídico**, p. 62-76, 2016.
- BOTEGA, N. J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020
- _____, J. **Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo**. Tradução de Rogério Bettoni. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2022. Publicado originalmente em 1993.

_____. **J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

_____. **J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos de. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021

COSTA, E.; LORO, A. CORPOS TRANSGRESSORES DO BINARISMO DE GÊNERO NO LUGAR ESCOLAR BRASILEIRO DO SÉCULO XXI. **Revista Temporis[ação]** (ISSN 2317-5516), v. 23, n. 01, p. 22, 29 nov. 2023

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. **Horizontes antropológicos**, v. 25, p. 51-78, 2019.

DELEUZE, G. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 1992.

FAVERO, S. **Psicologia suja.** Editora Devires, 2022.

_____. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 2019.

_____. **Pajubá-terapia: ensaios sobre a cisnorma.** Porto Alegre: Nemesys Editora, 2020.

FINCO, D. Brincadeiras, invenções e transgressões de gênero na educação infantil. **Revista Múltiplas Leituras**. v. 3, n. 1, p. 119-134, jan./jun. 2010.

FOUCAULT, M. **Doença mental e psicologia.** 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Microfísica do poder.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 45. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2021. Publicado originalmente em 1975.

_____. M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2021.

_____. M. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política.** Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2004b.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013. [1961].

GONTIJO, F. Diversidade sexual e de gênero, geo (neco) política e alternativas heterotópicas: Um mundo melhor (ainda) é possível?. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, n. 16, p. 15-40, 2021.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da escola**, Brasília, v.7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2013.

- KEHL, M. R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- KRISTEVA, J. **Poderes del horror: ensayo sobre la abyección**. 12. ed. Tradução de José María Pabón. Buenos Aires: Siglo XXI, 2022. Publicado originalmente em 1980.
- LAPOLLI, É. M.; PARANHOS, W. R.; WILLERDING, I. A. V. **DIVERSIDADES: o bê-á-bá para a compreensão das diferenças**. Florianópolis: Pandion, v. 144, 2022.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Autêntica, 2018.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte**. São Paulo: N-1, 2018.
- _____. A. **Necropolítica**. *Arte & Ensaios*, núm. 32, p.122-151, dez. 2016.
- _____. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MARCONI, M. A. de.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, v. 6, 2001.
- MESSEDER, S. Um giro na heterossexualidade compulsória: a construção teórico-metodológica dos atos performativos masculinizados. **Pontos de Interrogação–Revista de Crítica Cultural**, v. 1, n. 1, p. 52-64, 2011.
- MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MISKOLCI, R. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 3, p. 681–693, set. 2006.
- NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- ODARA, T. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação**. Salvador, Devires, 2020.
- OLIVEIRA, E. Q. de et al. **Por uma escuta subversiva: a clínica psicanalítica frente às transidentidades não-binárias**. 2023.
- ORTEGA, F. “Da ascese à bio-ascese: ou do corpo submetido à submissão do corpo”. In: RAGO, Margareth et al. **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 139-174.
- PADILHA, V. B.; PALMA, Y. A. Vivências não-binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, 2017.
- PERES, W. S.; TOLEDO, L. G. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Revista psicologia política**, v. 11, n. 22, p. 261-277, 2011.

_____. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 539–547, maio de 2012.

PRECIADO, P. B. “Multidões queer: Notas para uma política dos ‘anormais’”. **Rev. Estud. Fem.** vol.19 no.1 Florianópolis jan./abr. 2011.

_____. P. B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

RABINOW, P.; Dreyfus, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica** (Tradução de Vera Porto Carrero). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RIBEIRO, J. S. B. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 145–168, jan. 2006.

ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, p. 59-103, 2020.

RUBIN, G. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SILVA, R. G. da; HENNING, P. C. Por Uma Estética da Existência Queer?! intuições, dissidências e Educação. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 32, n. 72, p. 250-265, 2023.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO. **Dados sobre violência contra dissidentes sexuais e de gênero no Brasil**, 2022.

SUESS, A. Análisis del panorama discursivo al redor de la despatologização trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. In: MISSÉ, Miquel; COLL PLANAS, Gerard (ed.). **El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad**. Barcelona: EGALES, 2010. p. 29-54.

Vergueiro, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015

WEEKS, J.; HEAPHY, B.; DONOVAN, C. **Same Sex Intimacies: Families of Choice and Other Life Experiments**. London: Routledge, 2001.

WITTIG, M. “**On the social contract**”. In: *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.